

## **Dossiê temático: Política e Gestão da Educação em Tempos de Retrocessos nos Direitos Sociais e Liofilização da Esfera Pública**

Rosilene Lagares<sup>1</sup>, Roberto Francisco de Carvalho<sup>2</sup>, Ney Cristina Monteiro de Oliveira<sup>3</sup>

<sup>1,2</sup> Universidade Federal do Tocantins - UFT. Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE), Campus de Palmas. Quadra 109 Norte, Avenida NS 15, ALCNO-14. Plano Diretor Norte. Palmas - TO. Brasil. <sup>3</sup> Universidade Federal do Pará - UFPA.  
*Autor para correspondência/Author for correspondence: marilyufal@gmail.com*

A Revista Brasileira de Educação do Campo – RBEC, ISSN 2525-4863, periódico do curso de Educação do Campo, da Universidade Federal do Tocantins, campus de Tocantinópolis, lança o **Dossiê Temático Política e Gestão da Educação em Tempos de Retrocessos nos Direitos Sociais e Liofilização da Esfera Pública**. O número traz 17 artigos, aprovados dentre os manuscritos recebidos.

Os organizadores do Dossiê compreendem que o debate a respeito da política e gestão da educação articula-se ao entendimento de valor público, “direito de todos à educação” e dever do Estado<sup>i</sup>, traduzido em políticas públicas sociais, cuja operacionalização ocorre por meio da gestão educacional e escolar, tensionada pelas perspectivas democrático-participativas e estratégico-empresariais. Acerca dos retrocessos em relação aos direitos sociais relacionados à educação e a desidratação do espaço público, faz-se necessária a produção de conhecimentos teórico-práticos que abranjam a política e a gestão educacional e escolar, explicitando as contradições entre as perspectivas formativas instrumentalizadoras e emancipadoras da educação escolar.

O artigo **O PROGRAMA NACIONAL DA EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA - PRONERA EM “DESMONTE”: 20 ANOS DE LUTAS E CONQUISTAS AMEAÇADOS PELO ELITISMO FUNDIÁRIO NO CENÁRIO DE 2016 A 2020**, de Guilherme Martins Teixeira Borges (UNIGOIÁS) e Maria Esperança Fernandes Carneiro (PUC/GO), analisa a correlação histórica entre as políticas públicas fundiárias e as educacionais e como essas inter-relações influenciaram os movimentos sociais do campo a lutar por seus direitos sociais, em especial pelo direito à educação, por meio da criação do Programa Nacional da Educação na Reforma Agrária - PRONERA.

---

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 5	e11142	10.20873/uft.rbec.e11142	2020	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	------	--------	--------------------------	------	-----------------



No artigo **EXPERIMENTAÇÕES ESCOLARES DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E(M) TEMPO INTEGRAL: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS EFETIVADAS EM ESCOLAS PÚBLICAS DE BELÉM – PA**, Ney Cristina Monteiro de Oliveira (UFPA), Orlando Nobre Bezerra de Souza (UFPA), Izete Magno Correa (UFPA) e Cintia Aurora Quaresma Cardoso (SEDUC), apresentam análise feita sobre política de tempo integral implantada na rede estadual de ensino paraense a partir de sua configuração prática na realidade de duas escolas de ensino fundamental da cidade de Belém-PA, objetivando refletir sobre os princípios da política instituída, a gestão, organização pedagógica e efetivação nas práticas escolares.

No artigo **O GERENCIALISMO NA GESTÃO PÚBLICA BRASILEIRA VIA PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**, Antonio Sousa Alves (UEMASUL) e Albiane Oliveira Gomes (CESEN/MA), discutem e analisam as estratégias atuais de institucionalização da lógica gerencial na gestão pública por meio das parcerias público-privadas, partindo das reconfigurações do Estado capitalista e das múltiplas determinações desse processo para a relação entre o público e o privado na educação, em especial a partir das determinações da Reforma do Aparelho do Estado na década de 1990.

No texto **ACCOUNTABILITY CONTRIBUINDO NA EFETIVAÇÃO DA UNIVERSALIZAÇÃO DO ENSINO ESPECIALMENTE NA EDUCAÇÃO DO CAMPO**, Claudius Oliveira (UFT) e Maria Jose de Pinho (UFT), discutem sobre as aplicações das políticas públicas de *accountability* na educação básica, com destaque para a Educação do Campo, que atendem prioritariamente ao objetivo de quantificação dos resultados considerados positivos para utilização com fins ideológicos neoliberais, em detrimento do diagnóstico de situações que precisam avançar para atingir uma educação de qualidade.

Úrsula Adelaide de Lélis Adelaide de Lélis (UNIMONTES/MG), Leonice Matilde Richter (UFU/MG), Vilma Aparecida de Souza (UFU/MG), Vilma Aparecida de Souza (UFU/MG) e Wane Elayne Soares Eulálio (UNIMONTES/MG) analisam, no artigo **REDES DE POLÍTICAS, TERCEIRO SETOR E OS MOVIMENTOS DE PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**, a incidência do terceiro setor, das relações público-privadas e das redes de políticas na educação pública brasileira, abordando o Movimento Todos pela Educação e o Movimento pela Base, evidenciando que esses movimentos têm marcado a transposição dos ideais e ações do empresariado para a educação pública, legitimados por parcerias com instituições, governos e o Estado.

No texto **REFLEXOS DA PANDEMIA NA EVASÃO/ABANDONO ESCOLAR: A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO E PERMANÊNCIA**, Celestina Maria Pereira de Souza (UFT), Jhonata Moreira Pereira (UFT) e Maria da Conceição de Jesus Ranke (SEDUC), tematizam as políticas educacionais, focalizando o Plano Nacional de Educação (PNE/2014) e o Plano Estadual de Educação do Tocantins (PEE/2015), e analisam os resultados do Estado do Tocantins, a partir dos relatórios publicados pelo PNE/2014 demonstrando que o processo de monitoramento e avaliação da evolução das metas propostas no PEE/2015 está comprometido pelo não cumprimento das etapas previstas.

Safira Rego Lopes (UFMA) e Cacilda Cavalcanti (UFMA), no artigo, **PERSPECTIVAS E DILEMAS DA POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE EDUCADORES DO CAMPO DIANTE DO ULTRACONSERVADORISMO**, refletem sobre as perspectivas e dilemas dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo no contexto de avanços do ultraconservadorismo e neoliberalismo, demonstrando que essa Licenciatura, conforme formulada pelo movimento da educação do campo, encontra-se ameaçada diante do contexto de perseguição ideológica, de cortes orçamentários e de marcos regulatórios que contradizem suas perspectivas de formação de educadores, e só podem afirmar sua existência como ação contra hegemônica.

Rosilene Lagares (UFT), Italo Bruno Paiva Gonçalves (UFT), Meire Lúcia Andrade da Silva (UFG) e Leonardo Victor dos Santos (UFT), no artigo **A PELEJA POR EDUCAÇÃO PÚBLICA NO CONTEXTO DA PANDEMIA: REACENDENDO E ALARGANDO TRAMAS**, problematizam como tem sido o desfecho da pandemia do novo coronavírus para a educação pública no país e no Tocantins, tendo a educação como campo de lutas com seus atores impondo suas opções políticas e arbitrários culturais e suas legítimas categorias de percepção e apreciação. Os autores demonstram que a conjuntura reacende a discussão a respeito da não prioridade da educação pelo Estado e desnuda que o liame para a sua destruição é fino e frágil.

No artigo **A UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL NO CENÁRIO BRASILEIRO: NOTAS A PARTIR DE DARCY RIBEIRO**, Dionei Ruã dos Santos (UFFS), Maria Cristina Pansera de Araujo (UNIJUÍ) e Sidinei Pithan da Silva (UNIJUÍ), analisam os ideais fundantes de universidades influenciadas diretamente por Darcy Ribeiro bem como seus livros e textos, objetivando diagnosticar sua presença nas universidades da atualidade. O texto estabelece algumas possíveis relações com o projeto da Universidade Federal da Fronteira Sul e do curso Interdisciplinar em Educação do Campo, apontando

possíveis marcas desse autor, ao mesmo tempo resgatando seus conceitos e atualizando-os em razão de inéditos campos de possibilidades, especialmente no que se refere ao ingresso e permanência, no Ensino Superior, dos povos historicamente excluídos da sociedade, como é o caso de indígenas e sujeitos do campo.

Luci Mary Duso Pacheco (Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões), Vanessa Dal Canton (Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões) e Iarana de Castro Gigoski (Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões), no artigo **A SOCIEDADE EM ZYGMUNT BAUMAN, A ESCOLA E O DIREITO EDUCATIVO EM TEMPOS DE LIOFILIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO**, apresentam as compreensões sobre as racionalidades da sociedade sólida e líquida caracterizadas por Zygmunt Bauman como metáforas da modernidade, relacionando-as com a escola e o conceito de direito educativo em tempos de liofilização do espaço público. Nesse cenário, espaço e tempo são reconfigurados, anunciando outra racionalidade. No que diz respeito à educação, na modernidade sólida, a formação dos indivíduos tinha como propósito uma educação para a vida toda, o que não se aplica mais, no entender de Bauman, na sociedade líquida.

Elaine Aires Nunes (UFT), Roberto Francisco de Carvalho (UFT) e Idemar Vizolli (UFT), no artigo **DIREITO À EDUCAÇÃO: GESTÃO DEMOCRÁTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS EM TEMPO DE PANDEMIA COVID-19 NO ESTADO DO TOCANTINS**, analisam a gestão democrática enquanto princípio do direito à educação no Estado do Tocantins, em tempo de Pandemia da Covid-19. A discussão vislumbra elucidar as políticas públicas voltadas para o atendimento educacional de qualidade na rede pública – abrangendo a educação urbana e do campo – e atuação a do sistema estadual para a garantia do direito à educação no exercício da democracia. Com atenção crítica, aponta para a inexistência de políticas educacionais efetivas e comprometimento do Sistema Estadual de Educação com a situação de crise educacional e, sobretudo com o direito à educação quanto à gestão democrática.

No texto **EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO/DO CAMPO E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: CONQUISTAS A PARTIR DOS MOVIMENTOS SOCIAIS**, os autor(es) Adalberto Penha de Paula (UFPR) e Marina Comerlatto da Rosa (UTFPR), discutem a Educação do Campo e a sua relação com os movimentos sociais do campo, a partir da realidade educativa de um acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O artigo apresenta o descaso do Estado com a Educação do Campo e evidencia que com a ascensão dos movimentos sociais, surgiu um forte movimento pela

educação no Brasil, que luta pela garantia dos direitos dos povos do campo, das águas e das florestas.

Carmen Lucia de Sousa Lima (UFPI), no artigo **A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADO NA EXPANSÃO DO ATENDIMENTO À EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE TERESINA-PI**, analisa o avanço do processo de privatização da Educação Infantil na Rede Municipal de Educação de Teresina, pela via do conveniamento com instituições comunitárias, confessionais e filantrópicas sem fins lucrativos. Coloca-se em discussão as contribuições do Fundeb para a expansão da Educação Infantil e os efeitos desse fundo na expansão do atendimento a esse segmento da educação por meio da política de convênios celebrados entre a Secretaria Municipal de Educação de Teresina (Semec) e o terceiro setor, com repasses de recursos públicos convertidos em subvenções sociais por meio de transferências correntes do poder público para instituições públicas ou privadas de caráter assistencial.

No artigo **MAIS GERENTE E MENOS GESTOR: UMA ANÁLISE DO MARCO REGULATÓRIO DIRECIONADO À GESTÃO DA ESCOLA PÚBLICA PARAENSE**, Cassio Vale (UFPA), Gilmar Pereira da Silva (UFPA) e Francisco Willams Campos Lima (UEPA), tratam da gestão da escola pública paraense a partir da implementação do “Pacto pela Educação do Pará”, que é balizado na lógica de parcerias entre o Estado e a iniciativa privada como estratégia de melhoria dos índices educacionais. Os autores revelam que o marco regulatório do Pacto induz a um direcionamento para que os gestores escolares possam ter um perfil mais afinado com a figura do gerente que cobra, monitora e cumpre metas, de modo que a excelência de seu trabalho começa pelos critérios de escolha dos profissionais afeitos à lógica gerencialista que adentrou a educação pública paraense no que se refere à legislação analisada.

No artigo **LIMITES E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CAMPO: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO EDUCATIVO DO MST**, Luis Henrique dos Santos Barcellos (UNESP), Cláudio Rodrigues Silva (UNESP), Agnes Iara Domingos Moraes (UEMS) e Julio Cesar Torres (UNESP), analisam a questão da Educação Inclusiva em documentos orientadores do MST, mais especificamente, em sua proposta de educação. Os autores constatarem princípios organizativos gerais, mas, devido à própria dimensão territorial das ações do Movimento, e o respeito às particularidades das ações tomadas nas localidades, as diferentes experiências educativas do MST podem destoar, em maior ou menor grau, entre si.

O artigo **OS IMPACTOS DA GLOBALIZAÇÃO SOBRE A EDUCAÇÃO DO CAMPO: POLÍTICAS PÚBLICAS DE RESISTÊNCIA**, apresentado por Altair Alberto Fávero (Universidade de Passo Fundo – UPF) e Flávia Stefanello (Universidade de Passo Fundo – UPF), apresenta uma discussão acerca do processo de globalização e suas implicações na Educação do Campo, apresentando as dimensões da globalização na modernidade e políticas educacionais direcionadas para esse âmbito como forma de resistência ao processo de globalização.

Thiago Ferreira (UFT) e Roberto Francisco de Carvalho (UFT), no artigo **JUDICIALIZAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO: GESTÃO DEMOCRÁTICA EM TEMPOS DA COVID-19**, utilizando a Teoria Gramsciana para analisar a gestão democrática e o padrão de qualidade, objetiva discutir o direito à educação e apresentar a judicialização desse direito como uma ferramenta da gestão democrática considerando o contexto histórico que compreende a década de 1980 e estende-se até o ano de 2020, momento em que a garantia desse direito tem sido cada vez mais prejudicada em razão da crise causada pela pandemia da COVID-19.

Convidamos à leitura do dossiê em pauta que pretende contribuir no campo da política pública e da gestão da educação, centrando no debate sobre a produção de políticas em tempos de conservadorismo reacionário, na tensão entre a esfera pública e privada, entre gestão democrática e gestão gerencial.

Organizadores

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosilene Lagares (UFT)

Prof. Dr. Roberto Francisco de Carvalho (UFT)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ney Cristina Monteiro de Oliveira (UFPA)

#### Informações do Editorial / Editorial Information

**Conflitos de interesse:** Os(as) organizadores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesses referentes a este Editorial.

**Conflict of Interest:** None reported.

#### Orcid

Rosilene Lagares



<http://orcid.org/0000-0003-2959-5573>

Roberto Francisco de Carvalho



<http://orcid.org/0000-0001-7278-181X>

Ney Cristina Monteiro de Oliveira



<http://orcid.org/0000-0002-8091-5213>

**Como citar este Editorial / How to cite this Editorial**

APA

Lagares, R., Carvalho, R. F., & Oliveira, N. C. M. (2020). Dossiê temático: Política e Gestão da Educação em Tempos de Retrocessos nos Direitos Sociais e Liofilização da Esfera Pública. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 5, e11142. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e11142>

ABNT

LAGARES, R.; CARVALHO, R. F.; OLIVEIRA, N. C. M. Dossiê temático: Política e Gestão da Educação em Tempos de Retrocessos nos Direitos Sociais e Liofilização da Esfera Pública. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 5, e11142, 2020. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e11142>

---

<sup>i</sup> Cf.: Declaração dos Direitos Humanos e Constituições Nacionais, como a Constituição Brasileira de 1988.